



Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral do Estado

ISSN 2237-969X

ESTUDOS DE DIREITO PGE RS

RELATÓRIO PRINCIPAIS ATIVIDADES DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS DA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RS
ANOS 2011 A 2014

RELATÓRIO
v. 3 n. 8
jul./set. 2014

8

ESTUDOS DE DIREITO PGE RS

RELATÓRIO PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RS – ANOS 2011 A 2014

Publicação da Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional

Estado do Rio Grande do Sul

| | | | | | |
|---------|--------------|------|------|---------|----------------|
| EDPGERS | Porto Alegre | v. 3 | n. 8 | p. 1-38 | jul./set. 2014 |
|---------|--------------|------|------|---------|----------------|

Estudos de Direito PGE RS / Procuradoria-Geral do
Estado do Rio Grande do Sul. – Vol. 1, n. 1
(2012) - . - Porto Alegre : PGE, 2012-
v.; 21 cm.

Trimestral. A partir do v.2, n.4, jul./set. 2013.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PGE/PIDAP

Todos os direitos são reservados. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte, sendo proibida as reproduções para fins comerciais.

EQUIPE TÉCNICA

Execução, revisão e distribuição: Maria Carla Ferreira Garcia, Bibliotecária CRB10/1343
Capa: João Pedro Gomes Machado

Procuradoria-Geral do Estado do RS
Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32881656 – 32881652
E-mail: conselho-editorial@pge.rs.gov.br
Site: <http://www.pge.rs.gov.br>

TARSO FERNANDO HERZ GENRO
Governador do Estado

BETO GRILL
Vice-Governador do Estado

CARLOS HENRIQUE KAIPPER
Procurador-Geral do Estado

MARÍLIA VIERA BUENO
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos

BRUNO DE CASTRO WINKLER
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos

PAULO ROBERTO BASSO
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Institucionais

ROSELAINÉ ROCKENBACH
Corregedora-Geral da PGE

FERNANDA FIGUEIRA TONETTO
**Coordenadora da Procuradoria de Informação,
Documentação e Aperfeiçoamento Profissional**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 07 |
| 1 O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS | 09 |
| 2 INSTÂNCIAS EM QUE A CDH-PGE PARTICIPOU E PARTICIPA | 13 |
| 2.1 Grupos de Trabalho Internos na PGE. | 13 |
| 2.2 Comissões e Comitês Externos. | 13 |
| 2.3 Grupos de Trabalho Externos..... | 14 |
| 2.4 Assento nos seguintes Conselhos de Direitos..... | 15 |
| 2.5 Demais Instâncias de Participação..... | 15 |
| 3 ANO 2014 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE | 15 |
| 3.1 Atuação em Processos Judiciais..... | 15 |
| 3.2 Atendimentos e Expedições. | 18 |
| 3.3 Total de Reuniões e Atividades Diversa..... | 19 |
| 3.4 Atividades Organizadas em Parceria com outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil..... | 19 |
| 3.5 Palestras Proferidas..... | 20 |
| 3.6 Audiências Públicas e Atos..... | 21 |
| 4 ANO 2013 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE | 22 |
| 4.1 Atuação em Processos Judiciais..... | 22 |
| 4.2 Atendimentos e Expedições. | 23 |
| 4.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas..... | 24 |
| 4.4 Atividades Organizadas em Parceria com outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil..... | 24 |

| | |
|--|-----------|
| 4.5 Palestras Proferidas..... | 24 |
| 4.6 Audiências Públicas..... | 26 |
| 5 ANO 2012 - RESUMO PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE..... | 27 |
| 5.1 Atuação em Processos Judiciais..... | 27 |
| 5.2 Atendimentos e Expedições..... | 29 |
| 5.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas..... | 29 |
| 5.4 Atividades Organizadas em parceria com outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil – 2012..... | 29 |
| 5.5 Participações Diversas..... | 30 |
| 5.6 Palestras Proferidas..... | 30 |
| 5.7 Audiências Públicas..... | 31 |
| 6 ANO 2011 - RESUMO PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE..... | 31 |
| 6.1 Atuação em Processos Judiciais..... | 31 |
| 6.2 Atendimentos e Expedições..... | 32 |
| 6.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas..... | 32 |
| 6.4 Participações Diversas..... | 32 |
| 6.5 Palestras Proferidas..... | 34 |
| 6.6 Audiências Públicas..... | 35 |
| 7 INTEGRANTES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE 2011 A 2014..... | 35 |

APRESENTAÇÃO

É com muita honra que apresentamos o presente Relatório, no qual está registrado, de forma sucinta, as principais atividades que a Comissão de Direitos Humanos-PGE desenvolveu nos últimos quatro anos (2011 a 2014) quando, depois de conseguir estrutura física, contar com dedicação exclusiva de um Procurador do Estado e de poder valer-se de uma equipe de assessoria, conseguiu desenvolver concretamente uma gama significativa de ações importantes, que envolveu tanto o campo consultivo, com elaboração de pareceres, promoções e informações, como também o campo do contencioso judicial do Estado. Atuou, também, em importante aproximação com várias unidades da PGE e com diversas Secretarias de Estado, assim como com o próprio Gabinete do Governador, contribuindo na concepção e no aperfeiçoamento de diversas políticas públicas relacionadas com direitos humanos e fundamentais.

Cabe frisar que a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, foi a primeira Procuradoria de Estado e é, até o presente momento, a única, que instituiu, no âmbito de sua competência, uma Comissão Permanente de Direitos Humanos, instância vinculada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado para atuar nas demandas que envolvem os direitos humanos. A CDH-PGE torna-se, assim, pioneira e protagonista em tal iniciativa, imprimindo um novo aspecto no perfil institucional da PGE-RS, aprofundando ainda mais o compromisso de concretização dos direitos humanos e fundamentais.

A CDH promoveu uma relação interinstitucional com os Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho, com a Defensoria Pública, especialmente por seu Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, assim como com os demais Poderes, especialmente com a Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado e com Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande Sul. Teve, também, intensa atuação em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A CDH também passou a atuar concretamente junto aos casos levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, bem como iniciou

aproximações para parcerias com entidades internacionais, tais como o Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH) e do Escritório para a América Latina da Asociación para la Prevención a la Tortura (APT).

Enfim, o desafio da Comissão de Direitos Humanos da PGE tem sido, pois, o de contribuir para que a atuação institucional, seja no contencioso, seja na consultoria, se oriente cada vez mais para o compromisso tanto de proteger quanto de buscar os fundamentos para a efetivação dos direitos humanos.

Considerando o papel institucional e peculiar posição que ocupa a PGE, tendo contato direto com o Gabinete do Governador e com todas as Secretarias de Estado, assim com os órgãos da Administração Indireta, possibilitando, dessa forma, uma visão ampla de toda a atuação do Estado e da Administração Pública, a Comissão de Direitos Humanos, diretamente ou junto com as suas diversas unidades especializadas, tem contribuído na busca da transversalidade das diversas ações, programas e políticas públicas – econômicas, sociais, culturais, ambientais e civis -, transversalidade aqui entendida como a tradução da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos, tal como disposto no parágrafo 5 da Declaração e Programa de Viena de 1993.

Para além disso, a CDH-PGE deu um passo fundamental ao inaugurar um novo perfil de atuação, que consiste em levar a Instituição PGE a uma relação dialógica direta e aberta com a sociedade civil (movimentos sociais e populares, ONGs, Conselhos, Comitês e Comissões, entidades diversas etc). Isto porque, para que a CDH-PGE possa avançar no seu papel de proteção e fundamentação dos direitos humanos e contribuir na orientação da PGE, do Estado e da Administração em tal matéria, desde a formulação até a avaliação das diversas políticas públicas e da atuação de seus órgãos, há que buscar, pelo caminho do diálogo direto, entender as demandas, carências, necessidades dos diversos setores da sociedade civil, bem como compreender e respeitar as identidades e a consciência de pertencimento de cada grupo, de cada comunidade.

É, pois, o resumo dessa experiência de quatro anos que estamos disponibilizando.

Boa leitura.

Carlos César D'Elia
Coordenador da CDH-PGE-RS

1 O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

A PGE/RS foi a primeira Procuradoria de Estado e é, até o presente momento, a única, que instituiu, no âmbito de sua competência, a Comissão Permanente de Direitos Humanos. Trata-se de uma instância vinculada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado para trabalhar as demandas de direitos humanos de forma mais efetiva, sendo pioneira e protagonista em tal iniciativa, buscando imprimir um novo perfil institucional, mais profundamente comprometido com a tarefa de concretização dos direitos fundamentais e com a efetivação dos direitos humanos, buscando, assim, traduzir, da melhor forma possível, o papel institucional da PGE/RS.

A Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CDH-PGE-RS) foi instituída pelo Decreto nº 39.344, de 19 de março de 1999, em seu artigo 6º, e está prevista na Lei Complementar nº 11.742, de 17 de janeiro de 2002 (Lei Orgânica da Advocacia de Estado), no artigo 13, Parágrafo Único, e teve o seu Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 26 de novembro de 1999, alterado pela Resolução nº 84, de 03 de dezembro de 2014.

A CDH-PGE tem por finalidade prestar assessoria ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado na formulação e condução de Políticas de Direitos Humanos, especialmente no que segue:

I - exercer a representação judicial, a consultoria jurídica, bem como formular orientações, nas matérias que envolvam Direitos Humanos submetidas à sua consideração por determinação do Procurador ou da Procuradora-Geral do Estado, nos termos do inciso XX do art. 12 da Lei Complementar nº 11.742/2002;

II - atuar e representar os interesses da administração pública estadual, inclusive, quando for o caso, em conjunto com a União e demais entes da Federação, perante os órgãos que compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA -, especialmente perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), bem como perante os órgãos da Organização das Nações Unidas – ONU -,

especialmente perante a Corte Internacional de Justiça, nos termos do inciso XVI do art. 2º da Lei

Complementar nº 11.742/2002;

III - acompanhar situações que impliquem lesão individual ou coletiva aos Direitos Humanos, propondo alternativas de soluções;

IV - exercer, no âmbito de competência da Procuradoria-Geral do Estado, funções preventivas, antecipando-se a acontecimentos em que exista potencial risco de violência ou lesão a Direitos Humanos;

V - acompanhar os programas governamentais relativos à proteção dos Direitos Humanos, no âmbito das competências da Procuradoria-Geral do Estado, xadas no art. 115 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul;

VI - colaborar com entidades governamentais ou não governamentais, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que atuam na defesa dos Direitos Humanos;

VII - implementar e divulgar pesquisas e estudos relativos a situação dos Direitos Humanos;

VIII - propor orientações à atuação da Procuradoria-Geral do Estado, quer na esfera consultiva, quer na esfera de representação judicial do Estado, de forma que restem preservados os Direitos Humanos;

IX - estabelecer canais de comunicação com todos os setores da sociedade, buscando atuações e soluções conjuntas às situações ofensivas aos Direitos Humanos;

X - auxiliar na formulação de Políticas de Direitos Humanos que re itam temas afetos à área de atuação da Comissão;

XI - exercer outras atribuições que venham a ser conferidas por Lei ou Decreto;

XII - representar a Procuradoria-Geral do Estado, por seus integrantes, em Conselhos de Direito, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho, externos ou internos, que envolvam temática de Direitos Humanos;

VIII – Encaminhar ao Procurador-Geral do Estado proposta de Representação a ser encaminhada à Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado contra eventual atuação funcional que vá de encontro ao conteúdo dos Direitos Humanos.

IX - Auxiliar na formulação de Políticas de Direitos Humanos que reflitam temas afetos à área de atuação da Comissão.

A composição da CDH-PGE foi estabelecida através da Portaria n.º 192, de 06 de abril de 2011, designando o seu Coordenador e demais pessoas que a integram.

Quando da assunção do Procurador-Geral Dr. Carlos Henrique Kaipper, no ano 2011, a Comissão de Direitos Humanos passa a ter infraestrutura com sala e equipamento, um Procurador do Estado com dedicação exclusiva e equipe de assessoria, composta por três assessoras/or. Atualmente dezenove (19) Procuradores e Procuradoras integram a CDH-PGE.

O desafio da Comissão de Direitos Humanos da PGE tem sido, pois, o de contribuir para que a atuação institucional, seja no contencioso, seja na consultoria, se oriente cada vez mais para o compromisso tanto de proteger quanto de buscar os fundamentos para a efetivação dos direitos humanos.

Para tanto, no âmbito interno da Procuradoria, a Comissão tem buscado incentivar o debate e a reflexão permanentes sobre direitos humanos e direitos fundamentais das mais diversas formas, de maneira a enriquecer e qualificar a atuação dos Procuradores e das Procuradoras do Estado.

Ao lado disso, tem buscado o aprimoramento das relações interinstitucionais privilegiando o compromisso com tais direitos. Para isso, tem atuado em ações conjuntas com Ministério Público, especialmente com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e com a Promotoria de Direitos Humanos, de forma a identificar as grandes demandas que lá aportam e, a partir de diagnósticos, contribuir com sugestões e soluções que evitem ou abreviem ações judiciais, encaminhando às Secretarias de Estado competentes as orientações necessárias, apontando alternativas ou forjando instrumentos para tanto. Da mesma forma, tem buscado atuar junto com a Defensoria Pública e com o Poder Judiciário.

De outro lado, a Comissão vem trabalhado na consolidação de uma PGE propositiva, contribuindo mais efetivamente com a formulação, implantação,

implementação e avaliação de políticas públicas nas mais diversas áreas, respeitando sempre as competências de todas as Secretarias e órgãos, de forma a garantir que os projetos políticos de cada governo democraticamente eleito se viabilizem nos marcos da Constituição, tendo como centro orientador os direitos fundamentais e os direitos humanos.

Considerando o papel institucional e a peculiar posição que ocupa a PGE, tendo contato direto com o Gabinete do Governador e com todas as Secretarias de Estado, assim com os órgãos da Administração Indireta, possibilitando, dessa forma, uma visão ampla de toda a atuação do Estado e da Administração Pública, a Comissão de Direitos Humanos, diretamente ou junto com as suas diversas unidades especializadas, tem contribuído na busca da transversalidade das diversas ações, programas e políticas públicas – econômicas, sociais, culturais, ambientais e civis -, transversalidade aqui entendida como a tradução da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos, tal como disposto no parágrafo 5 da Declaração e Programa de Viena de 1993.

Para além disso, CDH-PGE deu um passo fundamental, inaugurando um novo perfil de atuação, que consiste em levar a Instituição PGE a uma relação dialógica direta e aberta com a sociedade civil (movimentos sociais e populares, ONGs, entidades diversas etc). Isto porque, para que a CDH-PGE possa avançar na proteção e fundamentação dos direitos humanos, e orientar o Estado e a Administração, desde a formulação até a avaliação das suas diversas políticas públicas e da atuação de seu órgãos, busca entender suas demandas, carências, necessidades, compreender e respeitar as identidades e a consciência de pertencimento de cada grupo, de cada comunidade e, dessa forma, apontar para uma interpretação muito mais rica da Constituição, dando ênfase à perspectiva dos Direitos Humanos na atuação da PGE.

A Comissão de Direitos Humanos atua de acordo com as finalidades acima citadas:

- no âmbito jurídico: emite parecer, manifestação, e defesa judicial do estado;
- recebe e encaminha denúncias de violações de direitos humanos;
- procura mediar conflitos entre sociedade civil e órgãos do Poder Executivo;
- faz a articulação e parceria com entidades da sociedade civil e outros órgão públicos;

- faz a articulação e parceria com as secretarias estaduais para a formulação ou aperfeiçoamento das políticas públicas de direitos humanos;
- realiza atividades no âmbito da Educação em Direitos Humanos, através de seminários, ciclos de debates, palestras em escolas, universidades, comunidades em geral;

2 INSTÂNCIAS QUE A CDH-PGE PARTICIPOU E PARTICIPA

Além da atuação acima citada, a CDH-PGE participou de várias instâncias, das quais normalmente se originam demandas a serem resolvidas. Essas instâncias são:

2.1 Grupos de Trabalho Internos na PGE

- ✓GT Socioambiental, objetivando planejar e executar ações no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado - Portaria n.º 197/2013
- ✓GT Lei Complementar nº 10.098 (Estatuto do Servidor e da Servidora)
- ✓GT Minuta sobre Mecanismo de Prevenção a Tortura
- ✓GT sobre Trabalho Escravo
- ✓GT Resolução 50: Competências da PGE

2.2 Comissões e Comitês Externos

- ✓Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Rio Grande do Sul – COETRAE-RS – Decreto 49.123/2012
- ✓Comitê Estadual Contra Tortura/RS – CECT/RS
- ✓Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos – RS
- ✓Comitê de Migrantes, Refugiados Apátridas e Tráfico de Pessoas – COMIRAT – Decreto 49.729/2012
- ✓Comissão com a finalidade de buscar alternativas concretas para a solução de situações específicas relacionadas com a desocupação de áreas públicas e privadas urbanas no âmbito do RS – Decreto 51.712/2014
- ✓Comitê Gestor da Secretaria de Política para Mulheres
- ✓Comitê Estadual de Diversidade Religiosa – Decreto 50.037/2013
- ✓Comitê Estadual Povo de Terreiro

✓Comissão Estadual da Memória e Verdade

2.3 Grupos de Trabalho Externos

✓GT com a finalidade de elaborar estudos e levantamentos para solução ampla relativamente a Demarcações de Terras Indígenas - Decreto 49.651/2012

✓GT Sistema Estadual de Direitos Humanos: deu origem a Lei 14.481/2014 que criou o Sistema Estadual de Direitos Humanos no RS, constituído entre outras instâncias pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, onde a PGE tem assento permanente, previsto na lei

✓GT com a finalidade de elaborar o Plano Estadual para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileiras, Africanas Indígenas – Decreto 50.725/2013

✓GT responsável pela proposição de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas e à organização das atividades alusivas ao Ano Internacional do Afrodescendente

✓GT Combate ao Racismo Institucional

✓Grupo de Trabalho Quilombola

✓Grupo de Trabalho sobre a Descentralização do atendimento ao adolescente em MSE de internação

✓Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – GISA

✓GT Linguagem Inclusiva de Gênero – Decreto 49.995/2012

✓GT Radiodifusão Comunitária - Decreto 48.718/2011

✓GT com a finalidade de estudar a viabilidade da criação do Fundo Estadual de Fomento e Financiamento à Comunicação Comunitária - Decreto 50.974/2013

✓GT para propor a estruturação e a organização do Método de Execução Criminal da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) no RS - Decreto 51202/2014

✓GT Segurança Pública na SUSEPE

✓Grupo de Trabalho sobre o Sistema Carcerário da Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado

✓GT Nacional Estratégia de Inteligência para os Programas de Proteção a Testemunhas

✓Grupo de Trabalho PGE/DAER, para implementação da coleta seletiva no prédio PGE/DAER

2.4 Assento nos Seguintes Conselhos de Direitos

✓Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH – Lei 14.481/2014

✓Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CEDICA – Lei 9.831/1993 e Lei 12.484/2006

✓Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI – Lei 12.004/2003

✓Conselho Estadual do Povo de Terreiro - Decreto Nº51. 587/2014

2.5 Demais Instâncias de Participação

✓Conselho do Programa de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROTEGE – Lei 11.314/1999

✓Conselho do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos – PPDDH – Decreto 51.594/2014

✓Câmara Restaurativa Estadual – Decreto 51.358/2014

✓Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança Pública

✓Câmara Temática de Direitos Humanos do Pacto Republicano

✓Câmara Temática de Transparência e Controle Social

✓Câmara Temática de Acesso a Justiça

✓Observatório Contra a Homofobia

✓ Fórum de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra

3 ANO 2014 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE

3.1 Atuação em Processos Judiciais - 2014

Na perspectiva de buscar uma solução negociada em Ações Cíveis Públicas, Mandados de Segurança e outras demandas propostas, principalmente

pelo Ministério Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul, dentre as quais destacamos:

✓ Acompanhamento da instrução da Representação do MP Nº 001/5.12.0004368-5, proposta pelo Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória Carlos Santos da Fundação de Atendimento Socioeducativo, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a realização de tratativas para uma solução negociada, culminando com a entrega da obra em agosto de 2013, o que resultou em Acordo Judicial homologado, cujo cumprimento também vem sendo acompanhado durante os anos de 2013 e 2014;

✓ Acompanhamento da instrução da Representação do MP Nº 001/5.12.0004367-7, proposta pelo Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória POA I da Fundação de Atendimento Socioeducativo, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a realização de tratativas para uma solução negociada, culminando com a entrega da obra em agosto de 2013, o que resultou em Acordo Judicial homologado, cujo cumprimento também vem sendo acompanhado durante os anos de 2013 e 2014;

✓ Acompanhamento da Ação civil pública nº 001/5.08.0134068-0, ajuizada pelo Ministério Público Estadual buscando a condenação da FASE e do Estado do Rio Grande do Sul na implantação de programa, em caráter permanente, para o atendimento de adolescentes portadores de doença mental grave, que estejam internados nas Unidades da FASE;

✓ Acompanhamento de liminar concedida na Ação de Reintegração de Posse nº 001/1.14.0181038-2, referente a uma de área de aproximadamente 10 hectares ocupada por aproximadamente 400 famílias ou 2.000(duas mil) pessoas;

✓ Análise de aspectos relacionados a critérios para a nomeação dos aprovados no Concurso realizado pela Secretaria Estadual da Saúde, tendo em vista a política de cotas raciais em concursos públicos

estaduais, na forma do que dispõem a Lei Estadual nº 14.147/2012 e o Parecer nº 15.703/PGE, bem como cotas para pessoas com deficiência, na forma da Lei 13.320/2009;

✓Manifestação de interesse do Estado do Rio Grande do Sul em ingressar nas Ações de Desapropriação, por interesse social, para fins de regularização de território das comunidades dos remanescentes de quilombos movida pelo INCRA nº 5003606-37.2013.404.7116, nº 5003607-22.2013.404.7116 e nº 5003608-07.2013.404.7116 em trâmite na 1ª Vara Federal de Cruza Alta;

✓Análise de minuta de edital para o Processo Seletivo de Contratação Emergencial de médicos para atuarem junto à Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, quanto à adequação do referido instrumento editalício à política de cotas raciais em concursos públicos deste Estado, na forma do que dispõem a Lei Estadual nº 14.147/2012 e o Parecer nº 15.703/PGE;

✓Contribuições junto ao Gabinete da PGE quanto à sustentabilidade, no que se refere à construção da nova sede, lançamento de campanha educativa, bem como participação no Planejamento Estratégico nos Projetos Gestão de Pessoas, Gestão por Competências e Reestruturação Organizacional;

✓Acompanhamento da desocupação da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA para reformas e realocação dos moradores em locais adequados às necessidades dos estudantes;

✓Encaminhamento de minuta de Anteprojeto de lei que dispõe sobre medidas administrativas contra atos de discriminação étnico-racial, de gênero e de identidade de gênero, por intolerância religiosa e por classe, condição ou aparência sociais, bem como atos de discriminação contra portadores de HIV, contra pessoas com deficiência e contra idosos; confere à Procuradoria-Geral do Estado a competência para processar, julgar e aplicar as penas administrativas, por meio da criação de Câmaras Processantes Especiais;

✓Encaminhamento de minuta de Anteprojeto de Lei Complementar de alteração do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul – Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, atualizando o texto especialmente o regime disciplinar e os procedimentos administrativo-disciplinares, propondo a eliminação certas contradições e atecnias detectadas no texto ora vigente buscando uma melhor sistematização. Além disso, o projeto amplia os direitos e garantias ao servidor ao elencar, dentre as faltas disciplinares, as ações discriminatórias e também prevendo punições administrativas às condutas caracterizadoras de assédio;

✓Encaminhamento de minuta de Resolução que veda a desistência de execuções fiscais e a celebração de acordos relacionados a pessoas físicas ou jurídicas que submetam trabalhadores a condições análogas a de escravo, inscritas no Cadastro de Empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, culminando com a edição da Resolução nº 180, de 24 de abril de 2014.

3.2 Atendimentos e Expedições - 2014

✓Realização de aproximadamente **60 atendimentos**, abrangendo a oitiva de cidadãos que procuram a CDH em razão de situações em que detectaram violação aos seus direitos fundamentais, abrangendo as mais variadas situações, como: abuso de poder, violência (policial ou não), assédio moral, excessos em abordagens policiais, tortura, cotas raciais em concursos públicos, negligência na atuação de servidores estaduais, dentre outros, situações nas quais a pessoa atendida recebe orientação sobre como deve proceder e o que será feito pela CDH/PGE. Tais atendimentos são feitos pessoalmente, por telefone ou por e-mail.

✓Expedidos **39 Memorandos e 53 Ofícios**.

3.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas - 2014

✓Participação em **318 reuniões**

✓Participações em **104 Atividades diversas**

3.4 Atividades Organizadas em Parceria com Outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil - 2014

✓Seminário Programa de Proteção Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

✓Oficina Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos atividade do Fórum Social Temático 2014

✓Seminário “ Educação Popular na Construção e Garantia de Direitos e Lançamento do Caderno Educação Popular e Direitos Humanos

✓Mediação de conflito com Estudantes da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida - CEUACA referente a audiência judicial realizada e mandado de intimação para desocupação da Casa

✓Seminário Plano Estadual para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileiras, Africanas Indígenas

✓Roda de Diálogos com Defensores e Defensoras de Direitos Humano sobre a criminalização dos movimentos sociais, cenários e lutas no Brasil e no RS

✓1º Seminário Defensores e Defensoras de Direitos Humanos - Objetivo promover o debate sobre o reconhecimento dos defensores e das defensoras de direitos humanos, a partir do lugar de sua ação, em vista do seu fortalecimento nas/das lutas sociais

✓Caravana de Educação em Direitos Humanos e a tarde o tem da Caravana foi “criar Fórum de entidades de Direitos Humanos no RS”

✓Seminário de Sensibilização pela Erradicação do Trabalho Escravo no RS

✓Conservação Marinha – o que os olhos não veem o coração não sente em Porto Alegre -

✓Receber Menção Honrosa do Prêmio Direitos Humanos 2014, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -10 de dezembro, em **Brasília**

3.5 Palestras Proferidas – 2014

✓Proteção Defensores de Direitos Humanos em Seminário Nacional em **Brasília – Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Estado Laico no Rotary Club de Porto Alegre – **Fernanda Tonetto**

✓Aula Inaugural sobre Proibição Administrativa e Direitos Humanos na Coordenadoria Regional de Educação em **Carazinho – Fernanda Tonetto**

✓Relações de trabalho e relações interpessoais em comemoração ao Dia Internacional da Mulher em Porto Alegre – **Fernanda Tonetto**

✓Sobre Sistema Estadual de Direitos Humanos no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos em **Brasília – Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Dialogo sobre Papel dos/as Defensores e Defensoras de Direitos Humanos na Oficina “Paz com Voz” em Porto Alegre – **Jacques Alfonsin**

✓Debate: Destribunal Popular: o Estado no Banco dos Réus organizado pelo Bloco de Lutas de Porto Alegre – **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Direitos Humanos e Aprendizagem durante a Formação Continuada de Professores, Gestores, Supervisores e Orientadores Educacionais em **Santo Angelo – Beatriz Lang**

✓Diversidade e Direitos Humanos no X Curso Produção de Vida e Sentidos em Porto Alegre - **Beatriz Lang**

✓Educação em Direitos Humanos para estudantes dos cursos de: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social, Ciência Política e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa no Campus **São Borja - Beatriz Lang**

✓Prevenir a Violência Contra a Mulher através da Educação em Direitos Humanos em **Panambi - Beatriz Lang**

- ✓ Conferência O papel da Defensoria Pública, do Ministério Público e outras instituições estatais na proteção das pessoas contra a discriminação em **Fortaleza – Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Entrevista sobre Pessoas com Deficiência na TVE - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Entrevista sobre situação dos Haitianos na Rádio Gaúcha - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Debate Racimos das estruturas do estado brasileiro – **Gleudson Dias**
- ✓ Políticas de drogas e direitos humanos em Porto Alegre - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Seminário Internacional de Educação no Mercosul na UNICRUZ em **Cruz Alta - Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ O programa de proteção brasileiro: características, especificidades e desafios no **Maranhão - Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Apresentação sub-projeto inserção de práticas sustentáveis aos chefes de secretaria da PGE – **Maristela Lorensi**
- ✓ Palestra sobre Direitos Humanos na Fundação Luterana de Diaconia em Porto Alegre – **Beatriz Lang**

3.6 Audiências Públicas e Atos – 2014

- ✓ Audiência Pública “A Polícia Cidadã e os Megaeventos”
- ✓ 1ª Audiência Pública do Conselho Estadual de Direitos Humanos
- ✓ Audiência Pública Comissão Nacional e Estadual da Verdade
- ✓ Audiência Pública sobre Manifestações da Juventude
- ✓ Audiência Pública com Comunidades Ameaçadas de Remoção
- ✓ Ato em homenagem a Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado, por ter recebido Menção Honrosa do Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2014, outorgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - no Salão dos Espelhos do Palácio Piratini
- ✓ Ato de Sanção do Projeto-de-Lei que institui o Sistema Estadual de Direitos Humanos

- ✓Ato de Lançamento do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo
- ✓Ato Público de Repúdio à Violência, Discriminação e Preconceito
- ✓Ato de posse dos/as Conselheiros e Conselheiras do Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS
- ✓Ato Público “Chutando o Preconceito”
- ✓Ato Público de Repúdio à Violência, Discriminação e Preconceito
- ✓Ato Público “Lembrar para não repetir”
- ✓Marcha Contra a Intolerância Religiosa
- ✓Mesa de Dialogo: Discriminação e outras formas de intolerância

4 ANO 2013 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE

4.1 Atuação em processos judiciais - 2013

Na perspectiva de buscar uma solução negociada em Ações Cíveis Públicas, Mandados de Segurança e outras demandas propostas, principalmente pelo Ministério Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul, dentre as quais destacamos:

- ✓Acompanhamento da instrução da Representação do MP Nº 001/5.12.0004368-5, proposta pelo Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória Carlos Santos da Fundação de Atendimento Socioeducativo, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a realização de tratativas para uma solução negociada, o que resultou em Acordo Judicial homologado, cujo cumprimento também foi acompanhado durante o ano de 2013, culminando com a entrega da obra em agosto de 2013;
- ✓Acompanhamento da instrução da Representação do MP Nº 001/5.12.0004367-7, proposta pelo Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória POA I da Fundação de Atendimento Socioeducativo, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos

Humanos, com a realização de tratativas para uma solução negociada, o que resultou em Acordo Judicial homologado, cujo cumprimento também foi acompanhado durante o ano de 2013, culminando com a entrega da obra em agosto de 2013;

✓Encaminhamento de minuta de Anteprojeto-de-lei do **Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e sua justificativa**, ao Procurador-Geral do Estado, para análise e encaminhamento à Secretaria de Direitos Humanos;

Elaboradas de **3 Informações**, versando sobre os seguintes temas:

✓Racismo institucional na propaganda de final de ano do BANRISUL, ensejando a retirada do anúncio do ar; (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AOYSCKdLxqU>).

✓Possibilidade de divulgação, pelo Arquivo Público Estadual, de documentos referentes a fatos cometidos no período da ditadura civil-militar que versam sobre graves violações de direitos humanos, resguardado o direito à privacidade, em caso de manifestação expressa de eventual interesse em manter o sigilo.

✓Direitos previdenciários e estatutários ao cônjuge masculino, seja companheiro em união estável heterossexual., seja companheiro ou companheira em união estável entre pessoas do mesmo sexo, esclarecendo os reflexos do Parecer 15.494/11, ao qual foi concedido caráter normativo pelo Governador.

4.2 Atendimentos e Expedições – 2013

✓Realização de **57 Atendimentos**, abrangendo a oitiva de cidadãos que procuram a CDH em razão de situações em que detectaram violação aos seus direitos fundamentais, abrangendo as mais variadas situações, como: abuso de poder, violência (policial ou não), assédio moral, excessos em abordagens policiais, tortura, negligência na atuação de servidores estaduais, dentre outros, situações nas quais a pessoa atendida recebe orientação sobre como deve proceder e o que

será feito pela CDH/PGE. Tais atendimentos são feitos pessoalmente, por telefone ou por e-mail.

✓Expedidos **81 Memorandos e 75 Ofícios.**

4.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas - 2013

✓Participação em **379 reuniões**

✓Participações em **141 atividades diversas**

4.4 Atividades Organizadas em Parceria com Outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil - 2013

✓Contribuições junto ao Gabinete da PGE quanto à sustentabilidade, no que se refere à construção da nova sede, bem como participação no Planejamento Estratégico nos Projetos Gestão de Pessoas, Gestão por Competências e Reestruturação Organizacional;

✓Atividade Alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo - Análise Da Minuta Do “Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo No RS”

✓Seminário Assédio Moral e Violência Contra Mulher

✓Diálogo sobre Educação em Direitos Humanos com Dra. Soledad do Instituto Interamericano de Direitos Humanos

✓Debate sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos com Dra. Soledad Instituto Interamericano de Direitos Humanos

✓Oficina sobre Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3)

✓Oficina sobre Sustentabilidade durante a Semana do Servidor

✓Fórum Mundial de Direitos Humanos realizado em Brasília

4.5 Palestras Proferidas - 2013

✓Desinstitucionalização: Políticas Intersetoriais e construção de rede no

II Encontro Gaúcho de CAPSI - FEEVALE – **São Leopoldo – Dr. Vermelho**

✓ Encontro de Formação Continuada da Equipe da Diversidade e Transversalidade sobre "Direitos Humanos e formação para a Diversidade e Transversalidade" para assessores/as em Educação Ambiental, Gênero e Sexualidade e Direitos Humanos das Coordenadorias Regionais de Educação – CREs – Porto Alegre – **Beatriz Lang**

✓ Roda de Conversa: Políticas Públicas, Intersetorialidade e Redes de Atenção à População em Situação de Rua - Atividade Integradora para alunos e professores do Bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS – Palestra: Noções de Direitos Humanos – **Beatriz Lang**

✓ Curso de Formação Continuada: Direitos Humanos e Diversidade em sala de aula – **Pelotas – Beatriz Lang**

✓ Como Combater a Discriminação Racial - **São Leopoldo – Gleidson Dias**

✓ Conceituando Direitos Humanos no curso do Programa e Educação Patrimonial – Porto Alegre – **Beatriz Lang**

✓ Entrevista para Programa Faça a Diferença da AL/RS – **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓ Plenária Estadual de Mulheres Negras em Situação de Prisão no Presídio Feminino Madre Pelletier - **Gleidson Dias**

✓ Direitos Humanos: Somos iguais na Diferença na Formação Continuada para professoras/es do Colégio Estadual Sete de Setembro e do Instituto Estadual Cônego Luiz Walter Hanquet do município de **Camaquã – Beatriz Lang**

✓ Clubes Sociais Negros e os Espaços de Resistência – FURG **Rio Grande – Gleidson Dias**

✓ Racismo, Antirracismo e a Lei 10.639 na Câmara de Vereadores de **Rio Grande – Gleidson Dias**

✓ Dialogo sobre Educação em Direitos Humanos para equipe de professoras/es da Coordenação de Gestão da Aprendizagem e Coordenação de Gestão do Ensino Médio da Secretaria Estadual de

Educação – **Beatriz Lang**

✓Mídia e Ditadura, Educação em DH e Comissão da Verdade - Museu de Comunicação Hipólito José da Costa – **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Seminário dos Programas de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita) da Região Nordeste: foram abordados temas como a criação de uma identidade provisória para testemunhas e equipe técnica, bem como a mudança de nomes previstas pela lei 9.807/99. - **Salvador – Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Formação Continuada de Professores: Direitos Humanos e a Formação para a Diversidade e a Transversalidade – “Educação em e para os Direitos Humanos” – **Bento Gonçalves - Beatriz Lang**

✓Formação Continuada de Professores: Direitos Humanos e a Formação para a Diversidade e a Transversalidade – Lei nº 10.639 – inclusão da História e Cultura Afro-Brasileiras no currículo escolar – **Bento Gonçalves – Gleidson Dias**

✓Seminário sobre Saúde da População Negra – **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓A História Jurídica Brasileira Numa Perspectiva Negra - **Gleidson Dias**

✓Dialogo sobre Direitos Humanos para adolescentes e jovens com deficiência na APERGS em Porto Alegre – **Beatriz Lang**

✓Direitos Humanos e Utopia: aula aberta - UFRGS– **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓A Prisão é a Melhor Pena? - **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓Debate: Os Programas de Proteção no Enfrentamento à Violência no Brasil – **Brasília - Carlos D'Elia (Vermelho)**

4.6 Audiências Públicas - 2013

✓Mulheres na Resistência contra a Ditadura

✓Comitê Nacional e Comitê Estadual da Verdade

✓Demarcação de Terras Indígenas dos Guaranis - São Luiz Gonzaga

- ✓ Soberania Alimentar e Sustentabilidade
- ✓ Povos Indígenas no Rio Grande do Sul
- ✓ Lei 10.639/2003 convocada pelo Fórum Estadual de Educação
- ✓ Sistema Nacional LGBT e Instalação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia do RS
- ✓ Acessibilidade à Carteira Nacional de Habilitação
- ✓ Integração de todas as iniciativas, da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul
- ✓ Políticas Públicas para Mulheres
- ✓ Internação Compulsória
- ✓ Implantação de Centros de Reinserção Social para Presos Dependentes Químicos
- ✓ Casos de violência, escravidão, prisões e até morte em cruzeiros internacionais
- ✓ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e o estabelecimento de um novo marco regulatório do setor
- ✓ Método APAC – Canoas
- ✓ Trabalhadores Gaúchos na Resistência à Ditadura: Relatos à Comissão da Verdade
- ✓ Situação das Comunidades Indígenas no RS
- ✓ Regularização Fundiária – Cerro Grande do Sul

5 ANO 2012 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE

5.1 Atuação em Processos Judiciais - 2012

Na perspectiva de buscar uma solução negociada em Ações Civis Públicas, Mandados de Segurança e outras demandas propostas, principalmente pelo Ministério Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul, dentre as quais destacamos:

- ✓ ACP – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE): o ERGS foi condenado a construir unidades terapêuticas segregativas para as

crianças e adolescentes em sofrimento psíquico internos da FASE, estando o processo na fase de execução. A CDH, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com o Conselho Regional de Psicologia e com o Conselho Regional de Serviço Social e outras entidades da sociedade civil organizada está buscando a elaboração de um projeto alternativo que contemple os pedidos do Ministério Público já acolhidos pelo Poder Judiciário;

✓ACP – Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG): o processo encontra-se em fase de instrução e tem por objetivo a criação de vagas na PERG e outras providências. A CDH juntamente com a SUSEPE está desenvolvendo um projeto buscando a composição nesta ACP;

✓Execução de ACP – Sistema Prisional da Região Metropolitana de Porto Alegre: o processo de execução encontra-se em fase de instrução e tem por objetivo a criação de vagas na PERG e outras providências. A CDH, juntamente com a SUSEPE, está desenvolvendo um projeto buscando a composição nesta ACP;

✓Representação do MP Nº 001/5.12.0004368-5: Representação proposta pelo Ministério Público Estadual objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória Carlos Santos da Fundação de Atendimento Socioeducativo. A CDH apresentou contestação e, já na fase de instrução, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, iniciou tratativas com o Ministério Público para uma solução negociada, o que resultou em Acordo Judicial homologado;

✓Representação do MP Nº 001/5.12.0004367-7: Representação proposta pelo Ministério Público Estadual objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória POA I da Fundação de Atendimento Socioeducativo. A CDH apresentou contestação e, já na fase de instrução, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, iniciou tratativas com o Ministério Público para uma solução negociada, o que resultou em Acordo Judicial homologado;

✓Atuação junto ao MP Estadual e IGP para acompanhamento do TAC-IPF para viabilizar a realização de concurso público para a contratação de diversos profissionais na SUSEPE e construção de residenciais

terapêuticos. Os diversos encaminhamentos realizados tem evitado, desde o ano de 2011, a execução do referido TAC, que prevê multa diária ao ERGS no valor de R\$ 7.000,00.

✓Elaborou **Parecer 15.703 de 2012**, recebendo caráter normativo pelo governo do estado, sobre Ações Afirmativas, **Cotas Raciais**, Reserva de Vagas no Serviço Público e Direitos Humanos.

✓Elaborou o Parecer 15.703 de 2012 - Constitucional, Administrativo e Previdenciário. Companheiro e companheira em **união estável entre pessoas do mesmo sexo**.

5.2 Atendimentos e Expedições - 2012

✓Realização de aproximadamente **25 atendimentos**, abrangendo a oitiva de cidadãos que procuram a CDH em razão de situações em que detectaram violação aos seus direitos fundamentais, abrangendo as mais variadas situações, como: abuso de poder, violência (policial ou não), assédio moral, excessos em abordagens policiais, tortura, cotas raciais em concursos públicos, negligência na atuação de servidores estaduais, dentre outros, situações nas quais a pessoa atendida recebe orientação sobre como deve proceder e o que será feito pela CDH/PGE. Tais atendimentos são feitos pessoalmente, por telefone ou por e-mail.

✓Expedidos **160 Memorandos e 12 Ofícios**.

5.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas - 2012

✓Participação em **90 reuniões**

✓Participações em **55 atividades diversas**

5.4 Atividades Organizadas em Parceria com outros Órgãos e/ou Entidades da Sociedade Civil - 2012

✓I Congresso Internacional de Direitos Humanos, em parceria com a

Universidade de Caxias do Sul e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, com grande participação da população em geral. Ao todo, foram 1.616 participantes nas conferências e painéis; 151 participantes com artigos científicos e relatos de experiências enviados; e 121 pessoas que realizaram apresentação oral de trabalhos.

✓Exposição Drone, A Arte de Desconstruir os Objetos com Sustentabilidade', do artista plástico Flávio Mascarello.

5.5 Participações Diversas - 2012

✓Missão ao Acre, coordenada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa, com o objetivo de verificar a situação e as formas de ingresso de haitianos no Brasil.

✓COETRAE-RS discute a situação dos haitianos no Estado, a partir do relato da viagem ao Acre, com o objetivo de verificar a situação e as formas de ingresso de haitianos no Brasil.

✓Visita à Secretaria Estadual da Justiça e de Defesa da Cidadania e PGE de São Paulo para conhecimento das Comissões Especiais Processantes para fins de criação de um sistema similar no Estado do Rio Grande do Sul;

✓Entrega da minuta de decreto sobre criação de Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul (COETRAE-RS) ao Secretário Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira.

✓Apoio ao Seminário alusivo ao Dia Internacional da Mulher

✓Seminário sobre Saúde Mental e Atendimento Especializado: Desafios à Política Socioeducativa no RS

✓Projetos construção de escolas e estradas nos assentamentos de São Gabriel;

✓Seminário Estadual de Educação nas Prisões;

✓Dr. Jacques Alfonsin é nomeado membro da Comissão Estadual da Verdade.

5.6 Palestras Proferidas - 2012

✓Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado

Federal sobre Cotas Raciais – **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓ Programa Democracia da TV Assembleia para discutir reserva de cotas em concursos públicos - **Carlos D'Elia (Vermelho)**

✓ Painel “Direitos Humanos: verdade e democracia” - **Carlos D'Elia (Vermelho)**

5.7 Audiências Públicas - 2012

✓ Audiência pública a favor das cotas raciais;

✓ Audiência Pública sobre demarcação de terras indígenas no Estado.

6 ANO 2011 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PGE

6.1 Atuação em processos judiciais - 2011

Na perspectiva de buscar uma solução negociada em Ações Civis Públicas, Mandados de Segurança e outras demandas propostas, principalmente pelo Ministério Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul, dentre as quais destacamos:

✓ Fornecimento de informações e documentos à Secretaria de Educação referentes ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MP/RS e a Secretaria Estadual da Educação quanto ao funcionamento das Escolas Itinerantes nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST;

✓ Início de procedimentos atinentes à revisão dos critérios de carga de trabalho dos(as) Procuradores(as), considerando a participação em Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho e etc.;

✓ Apresentação de propostas para alteração do PL nº 38/2011 e acompanhamento das discussões sobre a criação do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas;

✓ Orientação prévia e acompanhamento da Diretoria da Fundação de Proteção Especial em reunião com Juiz da 2ª Vara da Infância e Adolescência e Ministério Público sobre decisão que determinou que a FPE atendesse crianças e adolescentes que, por competência, teriam de ser acolhidos pela FASC.

6.2 Atendimentos e Expedições - 2011

✓ Realização de aproximadamente **14 atendimentos**, abrangendo a oitiva de cidadãos que procuram a CDH em razão de situações em que detectaram violação aos seus direitos fundamentais, abrangendo as mais variadas situações, como: abuso de poder, violência (policial ou não), assédio moral, excessos em abordagens policiais, tortura, cotas raciais em concursos públicos, negligência na atuação de servidores estaduais, dentre outros, situações nas quais a pessoa atendida recebe orientação sobre como deve proceder e o que será feito pela CDH/PGE. Tais atendimentos são feitos pessoalmente, por telefone ou por e-mail.

✓ Expedidos **232 Memorandos e 37 Ofícios**.

6.3 Total de Reuniões e Atividades Diversas - 2011

✓ Participação em **103 reuniões**

✓ Participações em **117 atividades diversas**

6.4 Participações Diversas - 2011

✓ Marcha contra a Intolerância Religiosa;

✓ Mutirão Carcerário promovido pelo TJ/RS e CNJ;

✓ Diálogos do MP com a Sociedade Civil. Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Segurança Pública;

✓ Acompanhamento das negociações, em São Borja, referentes à ocupação da Fazenda Mercês e Palermo pelo MST, resultando em saída pacífica da área;

✓ Seminário: “A Anistia no Brasil: Desvendar a Violência do Passado é Prevenir a Violência de Hoje”. O Coordenador da CDH presidiu o Painel: “A Decisão do STF na ADPF nº 153 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos: É Possível Reconciliar?”;

✓ Encontro da Executiva do Colégio Nacional de Presidentes de Conselhos Deliberativos dos Programas de Proteção à Testemunha;

✓ Fórum Permanente junto à Coordenação Geral de Proteção à

Testemunha – CGPT – da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República para discussão do Manual Nacional de Procedimentos dos Programas de Proteção à Testemunha;

✓Visita/inspeção ao Presídio Central e à Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas a convite da Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado com a participação de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa e OAB, visando aproximar o trabalho de todos os órgãos, fazendo um diagnóstico e discutindo soluções aos problemas detectados;

✓Palestra Seminário: A Justiça de Transição e a Militância em Defesa dos Direitos Humanos;

✓1º Seminário Sobre Abordagens Policiais;

✓Posse dos Conselheiros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

✓Seminário: “Combate ao Crack e outras Drogas”;

✓Debate sobre as Corregedorias da Segurança Pública;

✓Visita à Vila Chocolateiro pelo Coordenador da CDH/PGE como integrante do Grupo que realizou o Dia da Participação Cidadã naquela comunidade com oitiva de relatos e encaminhamentos de diversas demandas;

✓Inspeções feitas pelo Conselho Regional de Psicologia em centros de recuperação e comunidades terapêuticas da Capital e do interior do Estado;

✓Seminário Presença Mbyá-Guarani em Porto Alegre: Construção de uma Política Pública;

✓Abertura da Semana da Consciência Negra – SECON – na Câmara Municipal de Porto Alegre;

✓Audiência Pública: “Os Territórios das Comunidades Quilombolas no RS”;

✓VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos Drogas: Direitos Humanos e Laço Social, em Brasília;

✓Abertura Oficial da Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim

da Violência Contra as Mulheres;

6.5 Palestras Proferidas - 2011

- ✓ Aula de Direitos Humanos para servidores da SUSEPE – **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Entrevista para a BAND sobre o PROTEGE - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Debate sobre Intolerância: Violência e Desagregação Social - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Seminário: A Justiça de Transição e a Militância em Defesa dos Direitos Humanos - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Ministrada aula sobre Tortura na Faculdade Ritter dos Reis - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Oficina sobre Advocacia e Direitos Humanos no 15º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Painel sobre Educação em Direitos Humanos no Colégio Parobé - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Educação e direitos humanos na UNIRITTER - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Acampamento Regional de Cultura Afro, em São Lourenço - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Seminário sobre Educação nas Prisões. temática: Educação às pessoas privadas de liberdade como dispositivo de garantia de direitos - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Direitos Humanos em um Perspectiva Emancipatória, na Prefeitura de Esteio, como atividade do Projeto PRONASCI – Mulheres da Paz - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Seminário de Direitos Humanos em Garibaldi - **Carlos D'Elia (Vermelho)**
- ✓ Administração Pública e Terceirização - **Dr. Alfredo Simon**

6.6 Audiências Públicas e Atos - 2011

- ✓ Audiência de interlocução com movimentos sociais sobre o processo de implementação dos DESCAs – Direitos Humanos, Sociais, Culturais e Ambientais;
- ✓ Audiência Pública que debateu a realização do Exame Criminológico;
- ✓ Ato Garantia Memória e Verdade – Anistia aos Camponeses do Araguaia;
- ✓ Audiência Pública da AL sobre violência policial contra jovens negros;
- ✓ Audiência Pública sobre Políticas Públicas Voltadas às Crianças e Adolescentes em Situações de Vulnerabilidade
- ✓ Audiência Pública sobre a Situação do Idoso no Rio Grande do Sul na Assembleia Legislativa
- ✓ Audiência Pública sobre políticas de descentralização do atendimento ao adolescente inserido em MSE de internação e o Projeto de Lei nº 81/2011;
- ✓ Audiência Pública em Carazinho a respeito da situação dos povos indígenas que vivem na região;
- ✓ Audiência Pública da Sub-Comissão de Habitação Popular e Regularização Fundiária na Associação dos Moradores da Vila São Miguel;
- ✓ Audiência Pública sobre Políticas Públicas de Acolhimento às Crianças;
- ✓ Audiência Pública: “Os Territórios das Comunidades Quilombolas no RS”.

7 INTEGRANTES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE 2011 A 2014

7.1 Procuradoras e Procuradores do Estado integrantes da CDH-PGE em 2014

- ✓ **Alfredo Crossetti Simon – Executiva**
- ✓ **Carlos César D’Elia - (Vermelho) - Coordenador**
- ✓ Cláudia R. Kremer

- ✓Ernesto Toniolo
- ✓Eulália Guimarães
- ✓**Fernanda Tonetto – Coordenadora Adjunta**
- ✓Flávia Faermann
- ✓Francisco S. Aguiar
- ✓**Gabriela Daudt - Executiva**
- ✓Geraldo Feix
- ✓Jacques Távora Alfonsin
- ✓Josiana Dourado Castro
- ✓Juanez Strapasson
- ✓Juliano Heinen
- ✓Manoel André da Rocha
- ✓Maria Patrícia Möllmann
- ✓Roque Pasternak
- ✓**Sílvio Jardim - Secretário-Geral**
- ✓Suzana Rauter

ASSESSORIA: Maristela Lorensi, Gleidson Dias e Beatriz Lang

7.2 Procuradoras e Procuradores do Estado integrantes da CDH-PGE em 2013

- ✓**Alfredo Crossetti Simon - Executiva**
- ✓**Carlos César D'Elia - (Vermelho) - Coordenador**
- ✓Cláudia R. Kremer
- ✓Daniela Costa
- ✓Ernesto Toniolo
- ✓Eulália Guimarães
- ✓Fernanda Foernges
- ✓**Fernanda Tonetto – Coordenadora Adjunta**
- ✓Flávia Faermann
- ✓Francisco S. Aguiar
- ✓**Gabriela Daudt – Secretaria-Geral**
- ✓Geraldo Feix
- ✓Jacques Távora Alfonsin
- ✓Josiana Dourado Castro
- ✓Juanez Strapasson

- ✓Juliano Heinen
- ✓Manoel André da Rocha
- ✓Maria Patrícia Möllmann
- ✓Roque Pasternak
- ✓**Sílvio Jardim – Executiva**
- ✓Suzana Rauter

ASSESSORIA: Maristela Lorensi, Gleidson Dias e Beatriz Lang

7.3 Procuradoras e Procuradores do Estado integrantes da CDH-PGE em 2012

- ✓Alfredo Crossetti Simon
- ✓**Carlos César D'Elia - (Vermelho) - Coordenador**
- ✓Cláudia R. Kremer
- ✓Daniela Costa
- ✓Ernesto Diel
- ✓Eulália Guimarães
- ✓Fernanda Foernges
- ✓Fernanda Tonetto
- ✓Francisco S. Aguiar
- ✓**Gabriela Daudt – Coordenadora Adjunta**
- ✓Geraldo Feix
- ✓Jacques Távora Alfonsin
- ✓Juanez Strapasson
- ✓Jorge Terra
- ✓Jucilene Cardoso
- ✓Juliano Heinen
- ✓Luiz Felipe Targa
- ✓Maria Patrícia Möllmann
- ✓Ricardo Camargo
- ✓Roque Pasternak
- ✓Sílvio Jardim
- ✓Suzana Rauter

ASSESSORIA: Maristela Lorensi, Gleidson Dias e Beatriz Lang (a partir de dezembro de 2012)

7.4 Procuradoras e Procuradores do Estado integrantes da CDH-PGE em 2011

- ✓ Alfredo Crossetti Simon
- ✓ **Carlos César D'Elia - (Vermelho) - Coordenador**
- ✓ Eduardo Isaacsson
- ✓ Ernesto Diel
- ✓ Eulália Guimarães
- ✓ Fernanda Foernges
- ✓ Fernanda Tonetto
- ✓ **Gabriela Daudt – Coordenadora Adjunta**
- ✓ Geraldo Feix
- ✓ Jacques Távora Alfonsin
- ✓ Jorge Terra
- ✓ Jucilene Cardoso
- ✓ Juliano Heinen
- ✓ Luiz Felipe Targa
- ✓ Marcos Antônio Miola
- ✓ Ricardo Camargo
- ✓ Roque Pasternak
- ✓ Sílvio Jardim
- ✓ Suzana Rauter
- ✓ Tatiana Osinaga

ASSESSORIA: Maristela Lorensi (a partir de janeiro de 2011) e Gleidson Dias (a partir de novembro de 2011)

Contato com a

Comissão de Direitos Humanos da PGE:
Av. Borges de Medeiros, 1555, 19º andar
Centro – Porto Alegre – RS
CEP: 90110-901
Telefone: 51 3288 1601

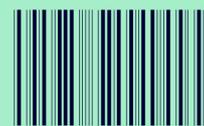
COORDENAÇÃO

**PROCURADORIA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL - PIDAP**

Av. Borges de Medeiros, 1555, 16º andar, Centro, Porto Alegre,
RS
CEP: 90110-901

<http://www.pge.rs.gov.br>

conselho-editorial@pge.rs.gov.br



2237969X